

**Parecer nº 89/97**

Data: 1997.09.02

Processo nº 257

**Requerente:** Gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)

**I - Os Factos:**

1. O Deputado José Calçada requereu ao Ministério da Agricultura em 28.5.97 a “relação nominal e respectivos endereços dos agricultores dos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras e Penafiel, que usufruem do chamado “subsídio do gasóleo”
2. O MADRP diligenciou, junto do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, o fornecimento dos elementos solicitados, o qual, por ofício nº 5096, de 22. 07.97, transmite ao Gabinete do Ministro a recusa em fornecer os *“elementos nominativos registados no ficheiro automatizado deste Instituto constituído por dados colhidos no âmbito da redução da taxa de ISP e de IVA, no âmbito do benefício fiscal do gasóleo utilizado na actividade agrícola”*, invocando para o efeito a Lei nº 10/91, de 26.4, e o Código de Processo Tributário.
3. Em face desta posição do Instituto, o Ministro da Agricultura solicitou à auditoria jurídica do Ministério um parecer (informação nº 195/97, processo nº 477/97) que propõe a audição da CADA, por se considerar que deve *“fazer-se também apelo ao disposto da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, que trata do acesso aos documentos da Administração”*, e que não só exige o seu parecer prévio para viabilizar o acesso a terceiros com interesse pessoal e directo em relação a dados pessoais, como permite solicitar-se-lhe esclarecimentos nos termos do artigo 15º da LADA.

## **II - O Direito**

1. O direito à informação de um Deputado tem a sua base legal, desde logo, nas alíneas c) e d) do artigo 159º da Constituição da República Portuguesa, com as restrições taxativamente aí previstas, que podem ser regulamentadas por lei mas não ampliadas.

Nem a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - LADA nem a Lei de Protecção de Dados Pessoais Informatizados - LPDPI foram redigidas para satisfazer ou restringir esses direitos, pois apenas dirigem a sua disciplina aos cidadãos em geral, no cumprimento do artigo 35º e do nº 2 do artigo 268º da Constituição.

Isso não impede que os Deputados, como cidadãos que são, se sirvam delas. Mas têm direitos para além delas.

O Deputado tem direito aos documentos e informações que considere úteis ao exercício do seu mandato. Pode, aliás, fazer perguntas ao Governo sobre matéria política ou administrativa (referente a entidades que não sejam independentes deste, como é o caso da CPDPI e da CADA), desde que não excepcionada por segredo de Estado.

E as interdições documentais por segredo de Estado previstas na lei geral sobre o tema, a Lei nº 6/94, não têm que se aplicar aos Deputados em toda a linha, pois nada impede o legislador de efectivar uma diminuição do campo material deste segredo em relação a eles ou de seguir a solução espanhola de comunicar todas as matérias, mesmo de segredo de Estado, embora neste caso restringindo o acesso a alguns documentos apenas a certos dirigentes parlamentares exercendo determinadas funções (acordo interinstitucional entre a Mesa do Congresso e o Governo).

Em face do que se deixa dito, é de considerar sem base legal e atentatório dos direitos constitucionais dos Deputados a não comunicação até ao momento, por há muito ter decorrido um prazo razoável para a sua satisfação, do requerido, não podendo merecer qualquer concordância, no caso *subjudice*, as considerações constantes quer da informação DAJ/97, de 11.7, do IHERA, quer as do corpo do parecer da auditoria jurídica do MADRP, na medida em que pretendam remeter o seu regime de acesso para o disposto em normas infra-constitucionais referentes ao acesso geral dos cidadãos a informações sobre si ou sobre terceiros, textos que aparecem para criar a transparência da Administração Pública, até aí opaca, junto deles e não para restringir a transparência antes já considerada exigível perante os Deputados.

E de qualquer maneira, mesmo que o Deputado José Calçada tivesse agido como simples cidadão, sem invocar a sua especial qualidade política, e sem invocar o direito constitucional e regimental aplicável ao caso, sempre haveria que dizer, na perspectiva da aplicação da LADA, cuja apreciação então já seria desta Comissão, que:

- a) o cidadão em causa não teria requerido o acesso a quaisquer ficheiros ou registos informáticos, mas a informações prestadas por particulares e manuseadas pela Administração, independentemente também do seu tratamento automatizado por parte de um organismo público;
- b) os dados referentes à profissão e morada não são dados nominativos para efeitos da LADA e, portanto, comunicáveis quando constem de suporte não informático;
- c) a Administração Fiscal sofre também a aplicação da LADA, pelo que a aplicação da legislação tributária anterior à sua vigência só é aplicável em geral na medida em que não ponha em causa o respeito por aquela.

Em relação ao pedido efectivado no MADRP, por José Calçada, da relação nominal e respectivos endereços dos agricultores dos concelhos de Lousada,

Paços de Ferreira, Felgueiras e Penafiel, que usufruem do chamado “*subsídio de gasóleo*”, ele mesmo, ao abrigo da LADA, tem direito a aceder a essa relação existente em suporte de tratamento não automatizado ou aos suportes fraccionados, inexistindo uma relação global, ou seja, tem direito a examinar e obter a reprodução de quaisquer documentos sobre a matéria, contendo nomes e moradas, sem o que não haveria qualquer possibilidade de os cidadãos em geral prosseguirem os objectivos fundadores da LADA ou seja, fiscalizar o funcionamento concreto da Administração, designadamente em termos de ineficácia, de parcialidade, corrupção, etc. e especialmente nos domínios mais sensíveis, como são os da Administração incentivadora, subsidiadora da actividade económica, onde o respeito pelas condições legais realizadoras dos objectivos nacionais e do princípio da igualdade justifica o dispêndio de dinheiros públicos, que a todos pertence, a favor de alguns.

A CADA é de parecer que o Deputado José Calçada, na sua qualidade de cidadão, tem direito, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, aos documentos de onde constem nomes e endereços referentes aos agricultores dos concelhos indicados que usufruem do subsídio de gasóleo, desde que os solicite junto dos serviços da Administração detentores dos mesmos, independentemente do seu direito constitucional de os obter, pela via parlamentar, ao abrigo da CRP e do Regimento da Assembleia da República.

Lisboa, 2 de Setembro de 1997

*Fernando Condesso* (Relator) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* (Com declaração de voto) – *Hélio Corvelo de Freitas* (com declaração de voto no que concerne à “morada” similar à expressa no Parecer nº 31/96, de 9.5.) – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* (Com declaração de voto) – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Mário Rui Marques de Carvalho que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)

**Declaração de voto**

Subscrevi o Parecer na condição de se verificar o pressuposto – aliás referido no último parágrafo – de que os elementos da relação existem em suportes de tratamento não automatizado que não tenham relação directa com a constituição e exploração de ficheiro automatizado

a) *João Figueiredo*

### **Declaração de voto**

Embora concorde com a conclusão do Parecer, quanto ao direito constitucional e regimental do Senhor Deputado José Calçada ao acesso aos elementos pretendidos, considero que o direito de acesso, na sua qualidade de cidadão, poderia vir a ser limitado, caso:

- a) os dados nominativos, cujo acesso se pretende, tenham sido recolhidos com o fim de informatização ou estejam informatizados;
- b) Os dados nominativos façam parte de um ficheiro automatizado cuja finalidade seja a gestão do subsídio do gasóleo, para efeitos de benefícios fiscais.

Nestes dois casos entendo que seria justificável a aplicação da Lei nº 10/91 de 29 de Abril, relativa à protecção de dados pessoais informatizados.

a) *João Labescat*